

POR UM “MERCOSUL” EDUCACIONAL: HORIZONTES EDUCACIONAIS/POSSIBILIDADES CURRICULARES

*Roberto Sidnei Macedo**

RESUMO — *O presente trabalho é fruto de reflexões construídas a partir das diversas reuniões e debates que o bloco Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) vem realizando no âmbito do “Projeto Mercosul Educacional - INEP-MEC”, no intuito de pensar horizontes de políticas educacionais, acompanhadas de possibilidades curriculares, onde a preocupação fundante é fazer face aos desafios históricos relacionados às desigualdades e a diversidade que marcam as experiências educacionais dos países membros em si e entre si, incluindo aí propostas de re-existência no que se refere aos atos da globalização tanto no que concerne às démarches homogeneizantes da perspectiva econômica, quanto ao desafio intercultural que o encontro das diferenças proporcionam. Nestes termos, os argumentos do trabalho refletem o sentido desses horizontes e caminhos, que propõem mobilizar e articular a cooperação multilateral entre os países da região, para promover trocas substantivas nas políticas e práticas educativas com ênfase nas propostas curriculares. Tratamos de refletir, portanto, um “projeto” estratégico orientado para fortalecer o ideal da educação para todos, idealizada e efetivada a partir da emergência da diversidade dos países membros, aspirando a construção conjunta, mutualista, coalizional e intercristica de conhecimentos e intercâmbios entre as autoridades e os sistemas educativos, os docentes, estudantes, outros profissionais da educação e os diversos atores das sociedades implicadas.*

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas educacionais. Currículo. Globalização.*

* Prof. Adjunto (Dep. XI/UNEB). Prof. Pesquisador (UFBA). Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Paris Saint-Denis. E-mail: rsmacedo@terra.com.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação. Tel./Fax (75) 3224-8084 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: edu@uefs.br

Para Canen e Grant (2001, p. 166), considerando-se a importância do Mercosul no momento político globalizado, o papel vital da produção do conhecimento para a autonomia e a inserção do bloco na chamada ordem mundial, bem como a necessidade de consolidar as identidades culturais de seus membros, cabe verificar tanto o sentido dado ao conhecimento nas políticas educacionais da área, como a extensão em que a diversidade cultural e as exclusões, no interior do bloco, têm sido levadas em conta nessas políticas.

Do nosso lado, argumentamos que, a menos que a diversidade cultural e a tentativa de superação das desigualdades sejam consideradas em políticas curriculares para os países do Mercosul, a intenção declarada de promover o conhecimento para a produtividade e para a equidade não será concretizada.

Ademais, incluindo as questões do Mercosul nas problemáticas sociais e educacionais da América Latina, é interessante nos sensibilizarmos pelas elaborações da educadora Argentina Adriana Puiggrós (1999, p. 1) contidas no prólogo da sua obra “Voltar a Educar. A Educação Latino-Americana no Final do Século XX” :

Segundo Puiggrós, a utopia clássica dos educadores liberais latino-americanos fracassou. Se compararmos nossos atuais países com os do século XIX, encontraremos uma diferença substancial. Aquelas sociedades tinham no progresso seu conceito organizador básico e tendiam naturalmente à integração. Hoje, ao contrário, encarna-se o fim daquele projeto: o tecido social e cultural – que em cem anos de vida latino-americana chegou a possuir um entrelaçamento bastante significativo – desintegrou-se.

Os grandes problemas atuais e os desafios que o futuro apresenta à educação requerem pôr em movimento toda a capacidade educativa de nossos países. Assim, qualquer alternativa progressista deve, necessariamente, confirmar a responsabilidade principal do Estado e ao mesmo tempo convocar da sociedade civil para a realização de esforços convergentes.

Na agenda democrática o povo deve ocupar o lugar principal...o trabalho dos pedagogos, dos pesquisadores sociais e dos intelectuais em geral consiste em desmontar o dispositivo neoliberal de tervigersação dos conceitos, restituído-lhes sua história e dotando-os de um sentido novo.

Entre as tarefas que a comunidade educativa tem pela frente está a luta pelo projeto de um novo espaço público de educação, onde o compartilhado não seja imposto, mas sim acordado a partir das diferenças. Para chegar a esse objetivo necessita-se de Estados democráticos que promovam o diálogo social e equilibrem as demandas de igualdade e justiça.

A prioridade dessa tarefa torna-se mais evidente ante a importância econômica e política do conhecimento nas sociedades atuais e naquelas que devem ser previstas para o futuro.

É possível que já não possamos reconstruir espaços educativos públicos restritos ao âmbito nacional. Talvez seja necessário pensar esses espaços em termos regionais mais amplos e projetar outro Mercado Comum Sul-Americano vinculado com as necessidades, interesses e culturas de nossos povos por meio de articulações democráticas (PUIGGRÓS, 1999, p. 2).

O que Puiggrós nos coloca, pleiteia, em realidade, um projeto de criação de novos sujeitos democráticos, a produção de maiorias distintas daquelas que governam, capazes de instituir programas democráticos, como uma tarefa prioritária para a América do Sul.

Inspirando-nos nestes argumentos, elaboramos alguns pontos reitores de uma política educacional e pedagógico-curricular para o “Projeto Mercosul Educacional”, apresentado ao INEP-MEC, como subsídio para o debate do Encontro de Porto Alegre:

1. Tomando como um dos desafios postos pelas questões educacionais contemporâneas ao “Projeto Mercosul Educacional”, necessário se faz configurar a educação dos seus povos,

articulando a idéia de uma formação de qualidade para todos, que acolha e assimile a diversidade histórica e cultural da região, como construção de uma educação pública de dignidade social.

2. Este desafio é posto, também, quando somos cobrados por nossas sociedades civis, a não mais legitimar e aprofundar via os atos de currículo e a organização da educação, as visíveis e seculares desigualdades sociais que vivemos. Nestes termos, a equidade deverá ser uma meta ineliminável, sem entretanto, reduzir-se à realidade histórica da **escola única**, que não soube conjugar o ideário da equidade com a heterogeneidade dos projetos educacionais dos diferentes segmentos culturais, terminando por configurar um grande paradoxo: a construção da exclusão pela vontade de incluir.

3. Que as políticas curriculares e suas implementações levem em conta principalmente as pessoas, seus contextos, histórias, expressões culturais, processos identitários, articulando-se as vocações econômicas desses cenários sociais à dinâmica muitas vezes contraditória do trabalho e da produção, antes de creditarem modelos pedagógicos e conceituais enquanto propostas de inovação educacional. Recomenda-se ademais, a **facilitação da construção de diferentes itinerários formativos** ao longo da vida e o estabelecimento de articulações entre eles, possibilitando que cada pessoa construa seu próprio projeto formativo orientado para seu enriquecimento pessoal e profissional. O **bem comum social** deve ser o coeficiente norteador dessas políticas de formação.

4. No que concerne aos princípios que podem inspirar a organização das experiências de formação, há que se vislumbrar a formação contínua numa articulada relação com a formação inicial, a partir dos locais e das experiências onde se organizam as atividades laborais, suas demandas e a dinâmica produtiva a que se vincula. A **promoção social e cultural** orientará todo esse processo.

5. Neste âmago da organização da formação, significativo seria, superar o ensino pautado na transmissão não problematizada do conhecimento e dos saberes, criando condições curriculares e pedagógicas onde a autoria e a autonomia sejam incentivadas como princípios reitores de uma educação que, sem desprezar o acúmulo histórico dos produtos da sapiência humana, coloque o **aprendizado significativo** como norteador de uma educação do futuro, pautada na conquista da autorização, constituída de forma **intercrítica**.

6. Neste caminho, aprender a aprender, aprender a reaprender e aprender a viver juntos, sem descartar os conteúdos que dão forma, conteúdo e sentido social e histórico a estas dinâmicas do ensino e do aprendizado, pautaria uma formação, onde a relação com o conhecimento apontaria para o **aprendizado da autonomia**, transversalizado por uma ineliminável formação ética, política, estética, não dispensando aqui, a compreensão do Estado como presença ideológica e organizativa dos saberes e fazeres educativos.

7. Ainda neste caminho, compreendendo o aprendizado como uma experiência relacional, a educação pode ser organizada enquanto **unidade democrática**, vida comunitária e intercultural, interfecundada pelas diferenças e semelhanças regionais.

8. Que sejam configuradas experiências educacionais colegiadas, sem que esses caminhos signifiquem um tipo de responsabilização que exima o Estado das suas obrigações de garantir a educação pública de qualidade para todos.

9. Faz-se necessário que, ao lado da intenção política de constituir, via o desenvolvimento da educação, oportunidade e capacidade para todos, se vincule de forma indissociável a idéia de desenvolvimento de **condições** educacionais para todos.

10. Tomando a inserção pedagógica democratizada das tecnologias contemporâneas da informação e da comunicação

como instrumentos importantes para garantir o acesso à informação e sua circulação, bem como às complexas ferramentas de apoio ao processo de aprendizagem, acrescente-se, que essas tecnologias também são **estruturantes de outras/novas inteligibilidades e aprendizagens**. Jamais devem emergir como panacéias educacionais, desvinculadas de um senso crítico que distinga suas pertinências e relevâncias educacionais, referenciadas nas necessidades e contextos sócio-culturais em que emergem como mediadoras pedagógicas.

11. Que se garanta uma constante vontade política e ações efetivas em prol da **universalização da educação básica**, numa integração real entre educação geral e educação técnica e profissional.

12. Priorizar a formação docente, a partir de reflexões relacionais sobre seus contextos de prática e de profissionalização, articulando a formação inicial à formação contínua e em serviço, tendo a categoria socialmente estruturante do *trabalho* como uma maneira de inserção competente e reflexiva na sociedade e na sua própria profissionalidade.

13. Implementação de práticas pedagógicas que desnaturalize a relação com o conhecimento escolar, acadêmico-científico e tecnológico, em que ensino, pesquisa e ação social envolvam o aprendizado sobre a região, de forma problematizante e proativa, vinculando-se a história da região, sua ecologia e perspectiva de **qualidade de vida**. Neste mesmo veio, cuidar do fortalecimento da investigação educativa, com a participação ativa dos docentes, organizando a divulgação dos seus resultados e sua disseminação como uma forma, entre outras, de avaliação de políticas educacionais, de práticas pedagógicas e de gestão educacional.

14. Criação de projetos de estudo comuns a serem trabalhados em fóruns de discussão sobre a educação na região, numa perspectiva **contrastiva e colaborativa**, abordando problemáticas e experiências exitosas.

15. Nestes termos, o sentido desses horizontes e caminhos é mobilizar e articular a **cooperação multilateral e horizontal** entre os países da região, para promover trocas substantivas nas políticas e práticas educativas. Se trata, portanto, de um “projeto” estratégico orientado para fortalecer **o ideal da educação para todos**, idealizada e efetivada a partir da emergência da diversidade dos países membros, aspirando a construção conjunta, mutualista, coalizional e **intercrítica** de conhecimentos e intercâmbios entre as autoridades e os sistemas educativos, os docentes, estudantes e outros profissionais da educação e os diversos atores da sociedade.

Por concluir, nos apropriamos dos argumentos elucidativos de Vera Candau (1999, p. 40), quanto à educação e suas alternativas de formação na América Latina:

Na América Latina, verificam-se hoje enorme efervescência e criatividade no pensamento pedagógico e na construção de práticas educativas, nos níveis da sala de aula, das escolas e dos sistemas educativos. As propostas de reforma são plurais. Não são uniformes. O pensamento hegemônico pretende nos fazer crer que não existem outras alternativas a suas propostas. Entretanto, a realidade é outra. Os movimentos sociais, as organizações de professores e algumas forças políticas de oposição, estão pondo em marcha propostas alternativas. Essas nascem da base da sociedade, estão articuladas com as organizações da sociedade civil e com as aspirações, baseiam-se na consciência dos processos históricos vivenciados em nosso continente e do nosso pluralismo cultural, têm como principais protagonistas os educadores e afirmam a estreita ligação entre as reformas educativas e a dignidade da profissão docente. Preocupam-se ainda com a relação entre educação e economia, mas não aceitam a subordinação da educação ao mercado de trabalho... Ela se preocupa com a qualidade da educação, na perspectiva de uma qualidade inte-

lectual, cultural, social, ética e política, que não pode ser reduzida aos aspectos científicos e técnicos do processo pedagógico. Trabalha a relação entre educação e diferença, entre educação e solidariedade, entre educação e justiça.

As idéias de Candau convergem para os pontos principais que emergem das preocupações do conjunto de elaborações do “Mercosul Educacional”, ou seja, uma democratização da educação como dever do Estado, valorização dos docentes e das políticas de formação continuada, como preocupações fulcrais, sem que se descolem tais preocupações das condições materiais de vida dos trabalhadores da educação e dos problemas políticos ligados ao financiamento dessa educação em nossas sociedades.

Nestes termos o que vislumbramos para o que estamos chamando hoje de “Mercosul Educacional”, é a possibilidade de construção de uma “comunidade política de aprendizados mútuos”, inspirada no *trabalho* solidarista, em busca da dignidade social de seus povos pelas vias da educação cultural e socialmente qualificada.

IN SEARCH OF AN EDUCATIONAL “MERCOSUL”: EDUCATIONAL HORIZONS/POSSIBILITIES OF CURRICULUM DIVERSITY

ABSTRACT — *The present work is the result of reflections built in several meetings and debates the Mercosul block (the common market of the south cone) has had through the “Educational Mercosul Project – INEP/MEC”, to think horizons of educational policies, followed by possibilities of curricula for what the major concern is to face historical challenges related to the inequalities and the diversity that mark educational experiences in the countries which are members of the same Project. They include in their work some proposals of resistance on globalization, taking into consideration the homogenous démarches of the economical perspective, as well as the intercultural challenge that differences provide. From that point of view, the arguments of the sense of those horizons and goals*

reflect on mobilizing and articulating the multilateral cooperation among the countries of the area to promote substantive changes in the policy and educational practices with emphasis on the proposals of curricula. So we thought about a “strategic project” in order to strengthen the ideal of education for all, idealized and executed from the emergency of the diversity of the countries of the membership and to aspirate the point construction, of mutual, coalizional and intercritical knowledge, as well as exchanges among authorities, educational systems, teachers, students, other professionals of education and various actors of the implicated societies.

KEY WORDS: *Educational politics. Curriculum. Globalization.*

REFERÊNCIAS

CANEN, A.; GRANT, N. “Conhecimento e Multiculturalismo em políticas educacionais no Mercosul: limites e possibilidades”. In: CANEN, A.; GRANT, N. (Org.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001. p. 163-194.

CANDAU, V. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, A. F. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

PUIGGRÓS, A. **Voltar a educar. A Educação latino-americana no final do século XX**. Tradução de Artur Luiz Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 1999.